

Coordenadores
JOSÉ RENATO NALINI
WILSON LEVY

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

De acordo com a Lei 12.651/2012 –
Novo **CÓDIGO FLORESTAL**,
com a redação dada pela Lei 12.727/2012

2ª edição
revista, atualizada e ampliada



RIO DE JANEIRO

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, aí compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Os vícios relacionados à atualização da obra, aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas e referências indevidas são de responsabilidade do autor e/ou atualizador.

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei n. 8.078, de 11.09.1990).

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2014 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Rodrigo Lippi

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

R269

Regularização fundiária / coordenadores José Renato Nalini e Wilson Levy. – 2. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014.

ISBN 978-85-309-5137-5

1. Direito urbanístico - Brasil. 2. Solo - Uso - Legislação - Brasil. I. Nalini, José Renato. II. Levy, Wilson

12-2846.

CDU: 349.44

SUMÁRIO

Propósitos Socionormativos

1. Perspectivas da regularização fundiária – <i>José Renato Nalini</i>	3
2. Cidade e (não) participação – Diagnóstico dos entraves da participação popular na gestão democrática da cidade – <i>Wilson Levy</i>	11
3. O direito à propriedade titulada por meio da regularização fundiária – <i>Daniela Rosário Rodrigues</i>	25
4. Regularização fundiária urbana como efetivação do direito humano à moradia adequada – <i>Marcelo Benacchio e Denis Cassettari</i>	49
5. Função social da propriedade – <i>Venicio Salles</i>	73

Regularização Fundiária de Assentamentos

6. Regularização fundiária urbana: fundamentos, aspectos práticos e propostas – <i>Ivan Carneiro Castanheiro</i>	107
7. Regularização fundiária e desenvolvimento econômico sustentado: novos instrumentos jurídicos para regularização de terras urbanas. Alternativas de custeio – <i>Patricia André de Camargo Ferraz</i>	127
8. Regularização fundiária – PMSP – <i>Ricardo Pereira Leite</i>	155
9. A regularização fundiária no município de São Paulo – <i>Ellade Laurinda Piva Imperato</i>	167

10. Regularização fundiária – Avanços e desafios na implementação de políticas públicas – <i>Silvio Figueiredo</i>	185
11. Concessão de uso especial para fins de moradia e concessão de direito real de uso – <i>Vicente de Abreu Amadei</i>	205
12. Regularização de loteamentos no município de São Paulo: aplicação pioneira da demarcação urbanística – <i>Ana Lúcia Callari Sartoretto, Claudia Emilia David Hernandez e Mariana Monteiro de Andrade Luz</i>	231
13. Regularização fundiária urbana: polêmicas e controvérsias – <i>Renato Guilherme Góes</i>	259

Regularização Fundiária de Interesse Social

14. Da Cidade Realmente Sustentável – <i>Ricardo Dip</i>	277
15. A lógica perversa da irregularidade/regularização dos loteamentos clandestinos ou irregulares: a Legislação do Urbanizador Social em porto alegre, como ponto de partida para a discussão dos instrumentos jurídicos para a incorporação da iniciativa privada na oferta de moradia para a população de baixa renda – <i>Helena Lahr</i>	291
16. Os caminhos para o desenvolvimento da função socioambiental da propriedade pública no Brasil – <i>Nelson Saule Júnior</i>	311

Registros Públicos

17. Averbação da área de preservação permanente e da reserva florestal legal – <i>José Renato Nalini</i>	341
18. Aspectos registrários da regularização fundiária: interfaces entre o direito notarial e registral e a regularização fundiária – <i>Luís Paulo Aliende Ribeiro</i>	359
19. A possibilidade de desdobro da matrícula imobiliária em desrespeito à restrição convencional – <i>Alberto Gentil de Almeida Pedroso e Leonardo de Carvalho Avila</i>	375
20. A qualificação registral na regularização fundiária – <i>Marcelo Augusto Santana de Melo</i>	381

Estatuto da Cidade

21. Inovações urbanísticas no Estatuto da Cidade – *Vicente de Abreu Amadei*.. 413

Terras Devolutas e Terras da União Federal

22. Necessidade de registro imobiliário das terras devolutas brasileiras –
Jannice Amóras Monteiro 433
23. Regularização de terras da União – *Vicente de Abreu Amadei* 455